

A SUSTENTABILIDADE DA VIDA NO CENTRO DA AGENDA POLÍTICA

REFLEXÕES SOBRE A PANDEMIA A PARTIR DO COTIDIANO DAS MULHERES

MIRIAM NOBRE, NALU FARIA E RENATA MORENO

A vida só é possível porque é cuidada: trabalho doméstico, atenção, comida, auxílio, limpeza, água. Somos interdependentes e ecodependentes. Esses princípios da economia feminista, ferramenta de análise e transformação que orienta nossa atuação, se tornaram mais visíveis e relevantes durante a pandemia da Covid-19. A casa, há muito tempo politizada pelo feminismo, tornou-se um cenário indiscutivelmente central para a vida.

Ao longo de todos esses meses, vivemos diferentes experiências – coletivas, individuais, políticas –, em um tempo que, em certo momento, impôs pausas, mas, sobretudo, acelerações. Desde meados de março, alguns aspectos foram se consolidando no debate da esquerda, como por exemplo: não faz sentido colocar em oposição a economia e a saúde/vida; e a pandemia escancara – e aprofunda – as desigualdades que estruturam as relações sociais.

A vida é sustentada por atividades e trabalhos realizados por pessoas, em sua maioria negras, que assumem o peso de

MIRIAM NOBRE é engenheira agrônoma, mestre pelo Programa de Estudos em Integração da América Latina (PROLAM-USP). Também integra a equipe da SOF, onde realiza atividades de formação e pesquisa em agroecologia, economia feminista e economia solidária. É militante da Marcha Mundial das Mulheres, e coordenou o Secretariado Internacional entre 2006 e 2013.

NALU FARIA é psicóloga, educadora popular e coordenadora da SOF Sempreviva Organização Feminista, onde realiza atividades de articulação, formação e elaboração feminista. Participa da REMTE Red Latinoamericana Mujeres Transformando la Economía e atualmente integra o Comitê Internacional da Marcha Mundial das Mulheres.

TICA MORENO é militante da Marcha Mundial das Mulheres, integra a equipe da SOF Sempreviva Organização Feminista e participa da Rede Economia e Feminismo. É doutora em sociologia pela Universidade de São Paulo, com pesquisa sobre o cuidado de crianças pequenas em São Paulo, na perspectiva da sustentabilidade da vida.

1. Os dados apresentados nesta seção são resultados da pesquisa “Sem parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia”, realizada pela SOF e a Gênero e Número entre 27 de abril e 11 de maio de 2020, por meio de um questionário online com 52 perguntas respondidas por 2.641 mulheres de todo o país. Todos os resultados, análises e entrevistas estão disponíveis em: www.mulheresnapandemia.sof.org.br/.

toda a infraestrutura que torna possível a vida em uma sociedade capitalista, racista e patriarcal. São as mulheres empregadas domésticas, mas também um grande número de trabalhadores na portaria de prédios, serviços de limpeza urbana e segurança, além de centenas de milhares de jovens que, de bicicleta e motocicleta, percorrem pela cidade entregando alimentos e tudo mais que atualmente é pedido por aplicativos: uma sociedade em que a maioria da população serve, explora e oprimida, à minoria. A imbricação da divisão social, sexual e racial do trabalho delinea a informalidade e precariedade do trabalho e da vida, e determina, por exemplo, quem pode e não pode ficar em casa.

Este breve artigo apresenta algumas das reflexões que derivam da pesquisa *Sem parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia* e das ações da Marcha Mundial das Mulheres, salientando desafios e caminhos de construção de uma agenda em que a sustentabilidade da vida seja colocada no centro da política.

A VIDA DAS MULHERES NA PANDEMIA

O reconhecimento da vulnerabilidade e a atenção às diferentes necessidades das pessoas significa, para as mulheres, assumir a responsabilidade de cuidar. Durante a pandemia, 50% das mulheres passaram a cuidar de alguém¹, de pessoas que, em geral, não são consideradas “dependentes” para atividades da vida cotidiana. As mulheres rurais passaram a cuidar ainda mais, 62%. Pelo relato das agricultoras no Vale do Ribeira, mulheres e homens, especialmente homens jovens, voltaram para as casas de suas famílias nos primeiros meses da pandemia. O rural funciona como uma reserva de cuidados, acionada pelas famílias em momentos de crise. Isto torna visíveis redes de cuidados que conectam as mulheres urbanas e rurais. Quando parentes idosos que vivem na cidade precisam de mais cuidados,

muitas vezes voltam para o campo. Redes de cuidado também são uma realidade entre as mulheres negras e de baixa renda das periferias urbana, que sustentam a vida num contexto de precariedade e violência, marcado pela ausência e/ou insuficiência de políticas públicas de apoio à reprodução.

As mulheres afirmaram ter percebido uma intensificação do trabalho doméstico e de cuidado realizado em suas casas. Em geral, a pesquisa mostrou que preparar alimentos, lavar a louça e limpar a casa foram as tarefas que mais se intensificaram durante a pandemia. E, entre as mulheres responsáveis pelo cuidado de alguém que vive na mesma casa, a percepção de que essas tarefas “aumentaram muito” é 10% superior à média. Para 72% destas mulheres, “aumentou” e “aumentou muito” a necessidade de monitoramento e de fazer companhia para crianças e idosos. Esta é uma dimensão do cuidado que, muitas vezes, é invisível por não ser uma atividade específica e direta de auxílio. Mas é uma dimensão que materializa a disponibilidade permanente das pessoas que cuidam. Enquanto realizam outras atividades cotidianas, as mulheres permanecem atentas, e isso significa sobreposição de atividades e tempos de cuidado, de trabalho doméstico e de trabalho remunerado.

A intensificação do trabalho doméstico e de cuidado durante a pandemia não foi acompanhada por uma distribuição mais igualitária dessas responsabilidades entre os moradores da casa. Pelo contrário, 24,5% das mulheres que cumpriram as medidas de distanciamento social indicaram que a participação de outras pessoas diminuiu. Este percentual chega a 41% entre as mulheres que permaneceram em casa com seu salário garantido, mas cujo trabalho remunerado não pode ser feito à distância.

Estes dados são complementados por outra dimensão do trabalho doméstico e de cuidado que é muito significativa na realidade brasileira: o trabalho doméstico remunerado. No Brasil, em 2019, 14% das mulheres ocupadas estavam no tra-

2. A pesquisa “A contratação do emprego doméstico durante a pandemia” está disponível em: <https://projetodomesticasufrn.wordpress.com/pesquisas/> (Acesso em 15 de setembro de 2020).

3. A pesquisa está disponível em: <https://www.unas.org.br/single-post/os-impactos-da-pandemia-na-mesa-das-familias-de-heliopolis> (Acesso em 2 de novembro de 2020).

balho doméstico. Entre estas, $\frac{2}{3}$ são mulheres negras (66%), e 72% trabalham em condições informais, com remuneração inferior ao salário mínimo. A Pnad Covid-19, realizada pelo IBGE, indica que cerca de 1 milhão de trabalhadoras domésticas perderam seu emprego durante a pandemia.

De acordo com pesquisa realizada pelo projeto Domésticas da UFRN², as trabalhadoras que continuaram a trabalhar presencialmente são principalmente aquelas que desempenham atividades de cuidado (84% entre as cuidadoras de idosos e 42,2% entre as babás). A Fenatrad (Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas) registrou situações de abuso em que as trabalhadoras foram obrigadas a permanecer na casa do empregador, com a justificativa de depender do transporte público.

Na pesquisa “Sem parar”, 40% das mulheres indicaram que a pandemia colocou a sustentação financeira de sua casa em risco, destacando a dificuldade de pagar as contas básicas e, no caso das mulheres urbanas, à dificuldade de pagar o aluguel. Entre as mulheres que identificaram não ter as condições para a prevenção do coronavírus, destaca-se o acesso intermitente à água e a falta de água, além da dificuldade apontada pelas mulheres rurais de ter acesso às informações sobre a Covid-19. Para muitas famílias, a alimentação escolar era a única refeição quente das crianças. Uma pesquisa realizada pelo *De Olho na Quebrada* com moradoras e moradores do bairro de Heliópolis³, em São Paulo, apontou que 67% das famílias tiveram que reduzir a quantidade de alimentos nas refeições durante a pandemia, 42% ficou sem realizar três refeições diárias, e 24% chegou a ficar sem comida em algum momento.

Na pesquisa “Sem Parar”, entre as mulheres que afirmaram estar em casa cumprindo o isolamento, mas que mantiveram seus empregos e salários, a maioria delas são mulheres brancas, e 41% deste total disseram estar trabalhando mais durante a pandemia. Além disso, do total de mulheres entrevistadas, 65,4% afirmaram que as responsabilidades com

o trabalho doméstico e de cuidado dificultam a realização de seu trabalho remunerado. É preciso considerar que, de acordo com a Pnad Covid-19, 11,7% do total de pessoas que permanecem ocupadas durante a pandemia estão realizando trabalho remoto, sendo o caso de 7,7% dos negros e negras e 16% dos brancos e brancas que permanecem ocupados.

A casa não é um ambiente seguro para muitas mulheres, e isso se tornou visível em muitos discursos, alertando e denunciando o aumento da violência contra as mulheres. A percepção de que a violência havia aumentado durante a pandemia foi apontada por 91% das mulheres. Ter sofrido algum tipo de violência foi relatado por 11% das mulheres, um pouco mais entre as mulheres rurais (11,7%) e entre aquelas com renda abaixo do salário mínimo (12,7%). A violência psicológica e a violência relacionada à desqualificação das mulheres, a forma como elas exercem a maternidade ou realizam o trabalho, ou formas de controle, foram predominantes nos resultados da pesquisa.

O TRABALHO E A VIDA NO CENTRO DA POLÍTICA

Compreender o cotidiano a partir do trabalho e das condições de vida é uma forma de fazer frente às narrativas que homogenizam as situações vividas pelas mulheres na pandemia. Compreender a indissociabilidade entre o trabalho doméstico e o cuidado é uma condição para romper a dinâmica de separação, hierarquização e invisibilidade dos trabalhos, e das pessoas que os realizam. Olhar de forma articulada para a situação do trabalho doméstico – remunerado e não remunerado – contribui para revelar a imbricação das relações sociais de gênero, raça e classe no Brasil. Esta perspectiva nos permite observar outras questões fundamentais, não apenas de visibilidade, mas sobretudo para reorganização da economia e da vida, com igualdade.

O governo de Jair Bolsonaro estabeleceu desde o início da pandemia uma dicotomia entre economia e saúde, entre “proteger a economia” e “salvar vidas”. Suas políticas resultaram em um número escandaloso de mortes e na retração na economia. A esquerda contestou esta narrativa colocando a vida no centro: “a vida acima do lucro”. Mas, do discurso ao reconhecimento – e compromisso com a reorganização – do conjunto de processos e trabalhos que efetivamente sustentam a vida, há uma distância.

O que se tornou evidente durante a pandemia (especialmente o trabalho doméstico e de cuidado, as condições de sua realização, nossa vulnerabilidade como seres humanos, etc.) corre o risco de ser novamente ocultado, em discursos e propostas antigas que separam a economia do social, a produção da reprodução. Não se trata de recuperar a economia para os empresários e as empresas transnacionais, mas de apostar em uma economia regenerativa, na qual os processos que sustentam a vida – biodiversidade, comunidades – e suas interdependências são cuidados e orientam as políticas.

Insistimos na necessidade de enfrentar a emergência deste momento sem perder o horizonte de transformação. É neste sentido que a desmercantilização é central em nossa estratégia, quando colocamos a disputa pelo sentido público do Estado, para aproximá-lo do comum e dos processos de auto-gestão com participação popular. São as lutas para interromper e reverter as privatizações, para desnaturalizar o mercado e as empresas com referências de organização da economia.

Os movimentos sociais se colocaram a tarefa de cuidar da vida de forma articulada com a ação política pelo Fora Bolsonaro. Isto se concretizou em ações de solidariedade, como as campanhas “Vamos precisar de todo mundo”, “Periferia viva” e tantas outras que precisam seguir, considerando tanto os impactos da redução e fim do auxílio emergencial, como o potencial da auto-organização popular em construir as possibilidades de existência e resistência. Transformar economia passa

pela organização e retomada de territórios. Vemos isso como uma condição para romper com a fragmentação e o individualismo neoliberal. É por isso que “ficar em casa” é um limite nos discursos, quando não se compreende o que é necessário para a vida, incluindo os espaços e processos expandidos na comunidade.

Aqui reside uma disputa central da economia feminista: além da casa (e da família), reorganizar territórios, comunidades e ampliar a responsabilidade pública e comum com a sustentabilidade da vida. Essa perspectiva se expressou nas eleições municipais, em que candidaturas feministas e de esquerda colocaram o cuidado e a vida no centro da política, como eixos para construir o direito à cidade, que superem as dicotomias público e privado/doméstico. Se relacionam, por exemplo, com a importância da alimentação escolar e da alimentação saudável para a segurança e soberania alimentar, em que políticas e serviços públicos – como creches, escolas e centros dia – são estratégicos para ampliar a responsabilização pública com a reprodução social.

Quais são as condições e possibilidades de ativar e construir espaços e infraestruturas coletivas de cuidado, que sustentam a vida em cenários de transição, ao mesmo tempo em que se constroem referências permanentes? A estratégia de autogestão e a economia solidária podem desempenhar um papel relevante. Mas é importante que estas não sejam estratégias apenas diante da precariedade e da crise, mas que se torne um compromisso político de organização da vida, e neste processo, de reconstrução das formas de fazer política.

Por fim, as ofensivas corporativas para normalizar tudo através do espaço virtual impõem ainda mais aceleração dos ritmos do capital. Os tempos da vida são outros, e precisam fazer parte da nossa disputa política. Vivendo a pandemia sob uma política de morte institucionalizada, colocar os tempos da vida como referência implica respeitar os tempos de cura, de regeneração e os tempos de luto diante de tantas mortes –

pela Covid-19, pelo genocídio racista e a violência patriarcal. Esta não é uma perspectiva individualista ou paralisante, já que só é possível fazê-lo em movimento e em comum. Estas são algumas premissas e as apostas para colocar a sustentabilidade da vida no centro da agenda política.